

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

17072 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XV Reunião ANPEd Sul (2024)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 03 - Educação Popular e Movimentos Sociais

**AS PRÁTICAS NEOLIBERAIS E A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

Jonice Aparecida de Souza - UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

Josilaine Antunes Pereira - UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

Júlia Pereira Damasceno de Moraes - UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

Agência e/ou Instituição Financiadora: NENHUMA

## **AS PRÁTICAS NEOLIBERAIS E A PRECARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO.**

### **RESUMO**

As práticas neoliberais e a precarização da educação do campo estão interligadas por diversas políticas e reformas que visam reduzir o papel do Estado na oferta de serviços públicos, incluindo a educação, em favor de uma maior participação do setor privado e da lógica de mercado. Tal movimento tem várias implicações negativas para a educação do campo. Esse trabalho traz uma reflexão teórica a partir de alguns referenciais dessas práticas neoliberais, iniciando com uma breve abordagem da educação do campo e seu principal objetivo, passando pela definição de neoliberalismo. Como percurso metodológico, apresenta-se a abordagem de pesquisa qualitativa relacionada ao tema. Como pressuposto de pesquisa, supõe-se que seja flagrante a influência do neoliberalismo e a sua ideologia econômica nas ações que culminam com a precarização da educação do campo.

**Palavras-chave:** Educação do campo. Neoliberalismo. Precarização.

### **INTRODUÇÃO**

Dentre os vários objetivos da educação do campo, importa citar a intencionalidade franca de possibilitar o desenvolvimento das comunidades rurais, com ações educativas que permitam ao estudante uma formação de qualidade que estimule sua permanência no campo e no sistema do ensino regular podendo ter adequações de acordo com suas necessidades.

De um lado, a esperança de um futuro promissor para as crianças e jovens que habitam as zonas rurais. Do outro, a dura realidade da precarização, fruto das políticas neoliberais que insistem em ditar regras que favorecem parcelas específicas da sociedade, gerando profundas desigualdades sociais e econômicas.

Aideologia neoliberal defende a livre iniciativa, a desregulamentação do mercado e a minimização da intervenção estatal, permeia as políticas públicas e molda a realidade social em diversos setores, incluindo a educação. Sua influência é nítida em medidas como precarização do trabalho docente e concentração de poder, tornando a gestão das escolas mais centralizadas e burocráticas, a partir de uma padronização curricular.

No Brasil a educação do campo é suscetível de aceitação da conduta do sistema econômico vigente. As políticas públicas são insuficientes, a educação no espaço rural serve para facilitar a exploração da classe que detem o poder econômico, que se mantém desde que tal educação foi implantada.

O principal objetivo desse estudo é analisar os princípios, as políticas e os impactos do neoliberalismo na educação em particular, além de compreender como a precarização da educação do campo contribui para a perpetuação das desigualdades socio-regionais.

## **METODOLOGIA**

A metodologia escolhida configura-se como pesquisa qualitativa, por representar a busca em compreender profundamente fenômenos complexos através da coleta de dados não numéricos, e por meio de uma reflexão teórica relacionadas ao tema. Segundo Marconi & Lakatos (2017), No contexto da pesquisa sobre "As Práticas Neoliberais e a Precarização da Educação do Campo", a pesquisa qualitativa oferece uma maneira de captar as nuances e a profundidade das experiências dos indivíduos afetados.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E/OU DISCUSSÕES**

A escola no campo tem por característica uma identidade própria, o pertencimento, a subjetividade de cada um, atendendo os interesses da comunidade a qual está inserida, respeitando os contextos socioculturais conforme afirma Munarin & Locks (2012,p.85): “o marco legal da educação do campo o reconhecimento de uma escola com uma identidade própria, devendo-se considerar em sua prática educativa a realidade dos estudantes, espaço e tempo, necessidades e interesses, seus saberes e fazeres”.

A política pública de educação do campo é fruto da organização de movimentos sociais através da luta por uma educação que atendesse as necessidades específicas dos trabalhadores rurais, destacamos sobremaneira o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

A escola no campo é um espaço que permite a implementação de um projeto de

educação popular, uma educação libertadora que se contrapõe ao capitalismo. Para Arroyo (1999, p.22): “um projeto é uma prática de educação básica do campo: reconhecer que os processos educativos, ou melhor, que a educação básica tem que prestar especial atenção às matrizes culturais do homem, da mulher, do povo do campo”.

A escola tanto na cidade como no campo cuida de uma parte da formação do sujeito histórico. Os currículos devem atender as especificidades de cada modalidade de ensino e territorialidade, onde é nítido e notório que para professores da escola do campo seriada ou nucleada não existe um processo formativo específico.

A análise das práticas neoliberais e da precarização da educação do campo envolve a compreensão das mudanças nas políticas educacionais influenciadas pelo neoliberalismo e seus impactos específicos nas áreas rurais. Tais práticas assumem um papel central no aprofundamento das disparidades educacionais entre o campo e a cidade. As principais consequências disso resultam em cortes nos investimentos públicos em escolas rurais que já operam com recursos limitados.

Diminuindo os recursos públicos, compromete-se assim a infraestrutura, a qualificação de professores/as e a disponibilidade de materiais didáticos nas escolas do campo. Locks (2012, p.18) reforça tal afirmação: "condições atuais precárias das secretarias de ensino no que diz respeito às estruturas de apoio técnico e uma concepção reduzida das implicações reais da atual política pública da educação do campo brasileira". A falta de recursos financeiros resulta em uma carência de materiais didáticos e tecnológicos e prejudica o processo de ensino-aprendizagem.

As áreas agrícolas passam a ser monoculturas voltadas para o agronegócio, tomando o espaço do pequeno agricultor e da agricultura familiar. Na lógica das práticas neoliberais, a educação do campo acaba se voltando na formação do estudante para operar máquinas com alta tecnologia e vender sua força de trabalho às grandes empresas. Nesse contexto de desmonte do ensino, Meszaros (2008) afirma que as instituições formais de educação devem ser induzidas a uma aceitação ativa (ou mais ou menos resignada) dos princípios reprodutivos orientados dominantes na própria sociedade.

Com materiais didáticos elaborados intencionalmente aos interesses neoliberais, com habilidades e competências que o estudante deve desenvolver para atingir as metas do Índice do Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, existe uma pressão muito grande de órgãos internacionais, a educação do campo defendida pelos movimentos sociais na sua origem fica à margem desse processo.

A maioria dos estudantes tem como perspectiva trabalhar em empresas, vendendo a mão de obra, tanto na agricultura como em áreas urbanas e até mesmo prestando serviço com vínculos informais, pois nessa modalidade as organizações empresariais ficam isentas do compromisso com encargos sociais e demais relações trabalhistas. Refletir esses desafios requer uma abordagem integrada, envolvendo governos, comunidades e organizações da

sociedade civil para promover uma educação mais equitativa no campo.

---

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola do campo vem perdendo a identidade que as lutas dos movimentos sociais conseguiram estabelecer com muito esforço ao longo dos anos. Evidencia-se que as políticas neoliberais tendenciosas enfraqueceram esses movimentos com o controle econômico de países em desenvolvimento como o Brasil, especialmente no campo com grandes propriedades monocultoras, enfraquecendo as associações de pequenos agricultores e inibindo o surgimento das mesmas. A partir do crescente êxodo da juventude campesina, justifica-se e legaliza-se o fechamento das escolas multisseriadas, inserindo os estudantes em escolas nucleadas ou encaminhando-os para as escolas urbanas, invisibilizando as razões que causam o desvanecimento dos sujeitos do campo.

A preservação e o fortalecimento da educação no campo são essenciais para garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a uma educação de qualidade que respeite e reflita suas realidades e contextos. A luta por uma educação do campo justa e equitativa deve continuar, com um enfoque renovado em políticas que reconheçam a importância das comunidades rurais e busquem reverter os impactos negativos das políticas neoliberais e outras formas de marginalização.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo : Atlas, 2017.

LOCKS, Geraldo Augusto e OLIVEIRA, Marcos Antônio de. **Meio rural, economia e políticas educacionais na educação do campo no planalto catarinense: a continuidade da saída das escolas do campo**. Disponível em: <https://eventosunioeste.unioeste.br › sifedoc › Anais>. Acesso em 09 de maio de 2024.

MÉSZAROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008

MUNARIN, Antônio e LOCKS, Geraldo Augusto. **Educação do Campo: contexto e desafios desta política pública**. Olhar de professor, Ponta Grossa, **15**(1): 77-89, 2012. Disponível em <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Acesso em 09 de maio de 2024.